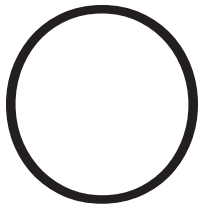


ESTUDOS ELEITORAIS: RELEVÂNCIA SOCIOPOLÍTICA E CIENTÍFICA, E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL¹

André Freire²

Introdução



presente estudo representa uma pequena parte (adaptada e revista) do relatório da unidade curricular que suportou a minha candidatura ao título de Professor Agregado em Ciência Política, defendida no ISCSP-UTL em 15 e 16 de Julho de 2010 – para mais detalhes, ver nota 1 atrás. Esta versão adaptada e revista do refe-

¹ Este texto, agora publicado na revista Eleições, foi extraído do relatório da unidade curricular “Sistemas e Comportamentos Eleitorais”, do 2º ano da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL, coordenada pelo autor do presente texto e realizado para as provas de Agregação em “Ciências Sociais – Especialidade Ciência Política”, apresentadas e concluídas (com a menção de “Aprovado por unanimidade”) no ISCSP-UTL (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa) em 15 e 16 de Julho de 2010. O júri das provas era composto pelos seguintes professores: Helena Margarida Nunes Pereira (vice-reitora, presidente do júri), José Adelino Maltez, Fernando Condesso, Marcelo Rebelo de Sousa, Juan Mozzicafredo, Fernando Farelo Lopes, Manuel Villaverde Cabral e António Costa Pinto. Sobre o conjunto dos documentos apresentados pelo candidato no âmbito das referidas provas, ver Freire, 2010a, 2010b, 2010c.

² Professor auxiliar com Agregação (em Ciência Política) do ISCTE-IUL, coordenador da Licenciatura de Ciência Política do ISCTE-IUL, membro da Comissão Executiva do Mestrado em Ciência Política do ISCTE-IUL, e investigador sénior do CIES-ISCTE-IUL. Contactos: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa; email: andre.freire@iscte.pt

rido relatório, que agora se publica na revista *Eleições*, tem um objectivo genérico, englobante, e quatro objectivos específicos. Globalmente, pretende-se com este texto reflectir sobre a relevância (social, política e científica/académica) dos estudos eleitorais, bem como sobre a sua consolidação institucional ao nível do ensino (e investigação) da Ciência Política nas universidades portuguesas. Já os objectivos espe-

cíficos, eles são os seguintes. Em primeiro lugar, pretende-se apresentar a área ou áreas científicas a que estão predominantemente associados os estudos eleitorais. Defenderemos que, embora este

“Pretende-se reflectir sobre a relevância dos estudos eleitorais, bem como sobre a sua consolidação institucional ao nível do ensino e investigação da Ciência Política em Portugal”

domínio de análise seja estudado por várias disciplinas científicas, todas elas indispensáveis à sua plena compreensão, é na área da Ciência Política e, embora em menor medida, da Sociologia Política, que tal domínio está preferencialmente ancorado. Segundo, pretende-se dar conta da inserção da unidade curricular “Sistemas e comportamentos eleitorais” (SCE) no plano de estudos da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL (o que pode ser considerado como um exemplo, naturalmente adaptado às condições específicas dos cursos do ISCTE-IUL, de outras realidades congéneres em universidades). Terceiro, até para justificar a inserção desta unidade curricular (SCE) no plano de estudos da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL, pretendemos ainda dar um breve relance do relevo institucional (nos planos curriculares de estudos) que é dado à área dos estudos eleitorais nas licenciaturas (e,

“O presente estudo é uma versão adaptada e revista do relatório da cadeira «Sistemas e Comportamentos Eleitorais» que suportou a candidatura ao título de Professor Agregado em Ciência Política”

“Embora este domínio de análise seja estudado por várias disciplinas científicas, todas elas indispensáveis à sua plena compreensão, é na área da Ciência Política e, embora em menor medida, da Sociologia Política, que tal domínio está preferencialmente ancorado”

embora mais residualmente, também mestrados e doutoramentos) de Ciência Política, em Portugal (e, embora mais acessoriamente, também no estrangeiro). Finalizamos com o quarto objectivo: apresentar com algum detalhe os conteúdos, programação e práticas pedagógicas da unidade curricular (SCE), do plano de estudos da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL.

1.

Domínios científicos associados aos “Estudos eleitorais”

Cientificamente, a unidade curricular em causa, “Sistemas e Comportamentos Eleitorais”, do 2º ano da Licenciatura em Ciência Política, tal como a área dos estudos eleitorais, em geral, tanto poderiam ser enquadradas na área da Sociologia Política como na área de Ciência Política propriamente dita. Por exemplo, o *Research Committee (RC) on Political Sociology* pertence simultaneamente à Associação Internacional de Sociologia (ISA: *International Sociological Association*), RC18, e à Associação Internacional de Ciência Política (IPSA: *International Political Science Association*), RC6, sendo dirigido por um eminente politólogo, o Professor Piero Ignazi (Universidade da Calábria, Itália). Mais, também as temáticas centrais definidas como “suas” pelo *Research Committee on Political Sociology (CPS)* incluem muito claramente as temáticas abrangidas pela cadeira de “Sistemas e Comportamentos Eleitorais” (SCE):

“The areas of study for the CPS and the aims of the CPS are: political institutions, political attitudes and behaviour, power and violence, classics of political sociology, theories of political sociology, political participation, political culture, civil society, political stratification, the social bases of politics, political parties, social movements, interest groups, elites and democracy, the politics of poverty, the political sociology of public policy, methodology and theory. Much of the work of the CPS is carried out by specialist Workgroups, such as the Workgroup on Political Parties and Elections. Political Sociology is about the nexus between social and political life. Our focus is on actors who seek, via organizations or by individual acts, to take or influence political power.”^{3/4}

Todavia, por um lado, tendo em atenção a crescente autonomização e afirmação independente da Ciência Política, face à Sociologia e não só, pareceu-nos que o domínio da Ciência Política era (e é) o mais adequado para a dita Agregação, em particular, e para a inserção desta área de estudos (“estudos eleitorais: sistemas e comportamentos eleitorais”), em geral. Assim também nos parece que, embora a área dos “estudos eleitorais” mantenha ligações estreitas com várias disciplinas científicas (filosofia e história das ideias políticas, história, geografia, direito, economia, sociologia, psicologia, ciência política, etc.), a disciplina científica em que este tipo de estudos tem mais relevo, sobretudo nos tempos que correm, é porventura a Ciência Política (e também, embora secundariamente, a Sociologia Política).

Aliás, antes de prosseguir, vale a pena fornecer uma breve perspectiva sobre o contributo decisivo que várias disciplinas científicas, que não a Ciência Política (ou a Sociologia Política), têm dado para a investigação e ensino da temática dos estudos eleitorais em Portugal. Ao nível do direito (ciências juridico-políticas e direito constitucional), tem especial relevo os trabalhos dos Professores Jorge Mi-

³ Citado retirada da *Newsletter CPS News – March 2007*, disponível no seguinte sítio da rede: http://www2.spbo.unibo.it/cps/les-man-ac-uk_CPS/NewsMarch07.pdf

⁴ Sobre a IPSA e os seus comités de pesquisa, vejam-se os seguintes sítios da rede: <http://www2.spbo.unibo.it/cps/newsletter.htm>; <http://www.ipsa.org/site/content/category/6/25/57/lang/en/>

randa (1995 e 2007) e Marcelo Rebelo de Sousa (1983)⁵, entre vários outros⁶, e que tão importante contributo tem dado a este domínio de análise. Estes trabalhos reflectem, aliás, o ensino sobre esta temáticas que os autores vêm ministrando na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Outra área que deu um contributo crucial para a análise empírica dos sistemas e comportamentos eleitorais, até pelo seu pioneirismo em Portugal, foi a área da Geografia Eleitoral, em larga medida pela mão do Professor Jorge Gaspar e da sua equipa (Gaspar e André, 1990; Gaspar et al, 1990). Estes trabalhos reflectem, aliás, não o ensino sobre esta temáticas que os autores vem ministrando (ou ministraram) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas também a investigação desenvolvida ao nível do Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade. Nesta linha, muito embora combinando uma abordagem da Ciência Política com uma abordagem mais específica da geografia eleitoral, ver Freire, 2001b, fruto de estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação no ISCTE-IUL e no ICS-UL.

Outra área científica que muito tem contribuído para o estudo dos sistemas e comportamentos eleitorais, em Portugal, é naturalmente a História. Aqui vale a relevar os trabalhos dos Professores: Pedro Tavares de Almeida (1991) e Fernando Rosas (Rosas e Brito, 1996), com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova Lisboa; Fernando Farelo Lopes (1994 e 2010) e André Freire (2010d), com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação no ISCTE-IUL; Fátima Bonifácio (2007), Filomena Mónica (1996) e Manuel Braga da Cruz (1987), entre outros (como José Manuel Sobral), com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação no ICS-UL; Maria Antonieta Cruz (2009) e Manuel Loff (1998 e 2010), com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e in-

⁵ Embora, neste último caso, de uma forma um pouco mais indirecta.

⁶ O trabalho de alguns constitucionalistas de Coimbra, designadamente Gomes Canotilho e Vital Moreira, tem também dado alguns contributos relevantes nesta área, embora mais numa perspectiva do direito constitucional. Ver AA.VV., 1998; e Canotilho, 2010; Canotilho e Moreira, 2007; ver ainda estudos desta escola e/ou destes autores em AA.VV, 1998a e 1998b.

investigação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; José Maria Brandão de Brito (Rosas e Brito, 2007), com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação no ISEG-UTL; Adelino Maltez (2005a e 2005b)⁷, com estudos desenvolvidos ao nível do ensino e investigação no ISCSP-UTL. Neste domínio, ver ainda o estudo seminal de Schmitter, 1978, sobre as eleições no Estado Novo.

Uma terceira área forte, embora mais recente, tem sido a da Economia com estudos sobre o seu impacto, seja sobre o comportamento das elites políticas (em termos da chamada “gestão eleitoral do ciclo económico”), seja sobre o comportamento dos eleitores. Aqui ganham relevo os trabalhos dos Professores: Paulo Trigo Pereira (2008 e 2010; Pereira e Silva, 2009⁸), do ISEG-UTL; Linda Veiga e Francisco Veiga (Veiga, 1998; Veiga e Veiga, 2004a, 2004b, 2007), ao nível da Universidade do Minho; Rodrigo Caldeira Martins (2001 e 2010), ao nível da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

2.

A inserção da unidade curricular “Sistemas e comportamentos eleitorais” no plano de estudos da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL

Estando assim justificada a escolha do domínio científica desta candidatura ao título de Professor Agregado, em particular, e da área dos estudos eleitorais, em geral, para elaborarmos sobre a inserção da unidade curricular “Sistemas e Comportamentos Eleitorais” (SCE) na estrutura curricular da Licenciatura em Ciência Política (CP) do

⁷ Embora, neste último caso, de uma forma um pouco mais indirecta.

⁸ Na verdade, estes dois últimos trabalhos (Pereira, 2010; Pereira e Silva, 2009) são feitos por economistas mas a perspectiva utilizada é mais a da Ciência Política.

ISCTE-IUL convém, em primeiro lugar, dizer que este primeiro ciclo de estudos em CP foi pela primeira vez implementado no ano lectivo de 2007-2008, apesar de as tentativas de introduzir uma licenciatura nesta área, no ISCTE, terem já um longo historial.⁹ Por isso, embora o ensino das temáticas abordadas nesta cadeira tenha já algum lastro histórico no ISCTE, seja em cadeiras genéricas (designadamente “Sociologia Política”), seja nalgumas cadeiras específicas (por exemplo: “Instituições Políticas”, “Sistemas Eleitorais e Representação política”, “Sociologia Eleitoral”, “Partidos Políticos e Sistemas eleitorais”, “Cultura Política”, etc.), algumas delas leccionadas (e por vezes também coordenadas) pelo coordenador de SCE (e candidato a esta Agregação, agora titular da mesma), a verdade é que a sua integração no plano de estudos e na estrutura curricular de uma licenciatura em CP é algo completamente novo nesta instituição. Daí que se justifique que passemos de imediato à inserção da UC SCE na estrutura curricular da Licenciatura em CP.

Mas, em segundo lugar, antes de passarmos a essa questão propriamente dita, vale a pena começar por descrever em traços gerais os objectivos, a estrutura curricular e o plano de estudos desta licenciatura em CP, no ISCTE-IUL (uma descrição pormenorizada destas últimas matérias, bem como a documentação de base, pode ser encontrada no Anexo 1). Para este efeito deve ter-se em conta que esta licenciatura insere-se numa fileira de formação universitária em CP com a estrutura 3+2+3 (licenciatura, mestrado e doutoramento), embora o mestrado só vá avançar no ano lectivo 2010-2011 e o doutoramento tenha ainda de ser aprovado internamente e depois submetido à nova Agência de Acreditação de Cursos do MCTES¹⁰. A estrutura e organização

.....

⁹ A Licenciatura de CP foi criada com a implementação do sistema de Bolonha no ISCTE-IUL. Embora a proposta da sua criação tenha sido apresentada no ano lectivo de 2006/2007, em 2007/2008 foram introduzidas algumas alterações, com a introdução de um ramo opcional em “Políticas públicas”. Adicionalmente, introduziram-se pequenas correcções da distribuição de horas de contacto para facilitar as trocas disciplinares entre cursos. Quando começou a funcionar, a estrutura e organização curricular da licenciatura de CP seguia já as orientações traçadas pelo modelo de Bolonha (ver Anexo 1).

¹⁰ O terceiro ciclo, que ainda se encontra em estudo (embora numa fase muito avançada), será muito provavelmente em “Ciência Política e Relações Internacionais”, juntando as valências e os recursos humanos e logísticos do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (onde a licenciatura

da licenciatura foram pensadas, desde o início, não só em convergência com o processo de Bolonha mas também em articulação com os ciclos seguintes. Consequentemente, a formação em CP é distribuída pelos 3 ciclos de maneira gradual e faseada, fornecendo no 1º ciclo uma boa formação de base em ciência política, no 2º ciclo um aprofundamento e uma especialização com capacidade de profissionalização de nível mais elevado e no 3º ciclo uma formação científica avançada através da investigação.

Em matéria de objectivos da licenciatura em CP do ISCTE-IUL, eles foram definidos tendo em conta o tipo de competências que a DGES, MCTES (Decreto-Lei n.º 74/2006) considera que o ensino superior deve desenvolver: competências genéricas e específicas. Assim, em termos genéricos a Licenciatura em CP visa preparar diplomados que:

- a) demonstrem possuir uma **compreensão** geral da Ciência Política e **conhecimento** dos seus principais conceitos, teorias e métodos, e de alguns dos seus domínios especializados, compreensão e conhecimentos esses adquiridos com suporte em manuais avançados e actualizados desta área de conhecimento (ou em textos de base equivalentes) e, em alguns aspectos, informados por avanços recentes da disciplina;
- b) sejam capazes de **aplicar** esses conhecimentos e essa compreensão de modo que evidencie uma abordagem profissional ao trabalho politológico, e tenham competências para **sustentar argumentos** e **resolver problemas** nesta área de estudo e de trabalho;
- c) tenham capacidade de recolher, seleccionar e interpretar informação relevante, em particular na área da Ciência Política, que os habilite a **fundamentarem as soluções preconizadas e os juízos emitidos**, tomando em consideração as questões científicas, técnicas, sociais e éticas relevantes;

e o mestrado em CP estão alocados), e do centro de investigação CIES-ISCTE-IUL, e do Departamento de História (onde os mestrados e doutoramentos em História e Relações Internacionais estão sediados), e do centro de investigação CEHC-ISCTE-IUL. Note-se que, com a recente reorganização institucional no ISCTE-IUL todas estas unidades orgânicas estão associadas na “Escola de Sociologia e Políticas Públicas”.

- d) consigam **comunicar** informação, ideias, problemas e soluções, tanto entre politólogos como a públicos constituídos por não especialistas nesta área;
- e) tenham desenvolvido competências que lhes permitam continuar a **aprendizagem ao longo da vida** com elevado grau de autonomia;
- f) tenham adquirido conhecimentos e competências que constituam uma base sólida para o prosseguimento mais aprofundado e especializado de estudos na fileira de formação universitária em Ciência Política, nomeadamente no “**Mestrado em Ciência Política**” e no “**Doutoramento em Ciência Política & Relações Internacionais**” ou afins (nomeadamente em “Sociologia”, em “Administração Pública” ou em “Políticas Públicas”).”¹¹

Para concretizar estes objectivos são fornecidas vários conjuntos de unidades curriculares (ver Anexo 1 para uma perspectiva exaustiva sobre as UCs da Licenciatura de CP), cuja estrutura e organização definiremos de imediato, e é definido um paradigma de ensino-aprendizagem, que apresentaremos no ponto seguinte. A licenciatura em CP está estruturada em 3 tipos básicos de unidades curriculares:

- UCs “teórico-metodológicas”;
- UCs de “análise de dados”;
- UCs de “laboratórios de Ciência Política”.

As UCs “**teórico-metodológicas**” incluem uma cadeira de “Introdução à Ciência Política”, duas cadeiras de introdução à Teoria Política (Clássicos e Modernos; Contemporâneos), duas de métodos e técnicas de investigação (em ciências sociais), as várias cadeiras especializadas na área da CP (Instituições Políticas, Sistemas Políticos Comparados, Sistemas e Comportamentos eleitorais, Partidos Políticos e Grupos de Pressão, Comunicação Política, Cidadania e Cultura política, etc.), as várias introduções a outras ciências sociais (Direito Constitucional e Administrativo, História Política Contemporânea,

¹¹ Informação contida no seguinte documento: Departamento de Sociologia & GAQE – *Concretização do Processo de Bolonha – Relatório 1º de Ciência Política – Ano Lectivo 2008-2009*, ISCTE-IUL, Outubro de 2009”.

Introdução à Economia, etc.) e as várias das cadeiras *ramo de especialização* em “Políticas Públicas” (ver Anexo 1, nomeadamente a Tabela A1.1). Neste domínio, as alterações feitas para vigorar a partir do ano lectivo 2009-2010 afectaram sobretudo a designação de algumas cadeiras de CP, embora nenhuma das referidas acima. Como se pode ver, é precisamente neste conjunto que se integra a cadeira de “Sistemas e Comportamentos Eleitorais” cuja inserção e pertinência neste conjunto de cadeiras, em particular, e no conjunto da licenciatura, em geral, será abordada no final desta secção. Estas UCs, como o próprio nome do conjunto indica, são essencialmente cadeiras teórico-práticas (ou metodológicas), com proporções equivalentes das componentes teóricas e teórico-práticas, contemplando aulas para exposição e discussão dos conteúdos fundamentais dos seus programas, orientação tutorial (aos alunos) e trabalho independente dos discentes. Voltaremos a este ponto na secção seguinte.

As UCs de “**análise de dados**” consubstanciam basicamente a aplicação da estatística à análise de dados em ciências sociais, nomeadamente usando o *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Estas UCs têm um tempo de contacto maior do que as anteriores e, em contrapartida, um pouco menos de trabalho independente (dos alunos) do que as anteriores. Este formato justifica-se pela importância que assumem neste caso as aulas teórico-práticas, dedicadas à exploração de exemplos e à realização de exercícios. A natureza das aprendizagens aqui implicadas requer uma progressão gradual acompanhada, com a apresentação e treino de muitos exemplos e o esclarecimento de dúvidas na altura.

Por último, as UCs de “**laboratórios de Ciência Política**” foram concebidas com um terceiro tipo de formato. São fundamentalmente cadeiras práticas, com vista ao treino da aplicação e integração de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências, tanto competências básicas (sobretudo Laboratórios do primeiro ano) como avançadas (sobretudo Laboratórios do segundo e terceiro anos) do trabalho politológico. Neste domínio, as alterações feitas para vigorar a partir do ano lectivo 2009-2010 afectaram sobretudo a designação de alguns Laboratórios (ver Tabela A1.1 no Anexo 1).

3.

Relevo institucional dos “estudos eleitorais” nas licenciaturas em Ciência Política

A inserção da cadeira de SCE no núcleo duro das UCs teórico-metodológicas justifica-se, desde logo, pela centralidade do tema das instituições eleitorais (sistemas eleitorais) e dos comportamentos dos eleitores (participação versus abstenção; sentido de voto) no funcionamento dos regimes políticos modernos, sobretudo os de carácter democrático. Como demonstramos na Lição associada a esta candidatura ao título de Agregado (“Eleições, sistemas eleitorais e democratização”)¹² as eleições livres, justas e frequentes são uma instituição central das modernas democracias representativas, condição *sine qua non* dos regimes democráticos modernos (naturalmente a par de várias outras condições a montante e a jusante) (Katz, 1997; Dahl, 1998; Beethem, 2005). Mais, a governação baseada no consentimento dos governados face aos governantes é um traço extensível a inúmeros regimes políticos modernos não democráticos, sejam os regimes liberais representativos, sejam até muitos regimes autoritários e totalitários (Almeida, 1991; Lopes, 1994 e 2010; Hermet, Rose, Rouquié, 1978; Schmitter, 1978; Cruz, 1987; Loff, 1998 e 2010). Portan-

“A inserção da cadeira de «Sistemas e Comportamentos Eleitorais” no plano de estudos justifica-se pela centralidade do tema das instituições eleitorais e dos comportamentos dos eleitores no funcionamento das democracias (e outros regimes modernos).”

.....
¹² Em vias de publicação em Freire, 2010d.

to, o estudo das eleições, das regras de transformação de votos em mandatos (sistemas eleitorais) e dos comportamentos de voto é fundamental para compreender a natureza e o funcionamento dos regimes políticos modernos, sobretudo os sistemas democráticos. Esta centralidade justifica pois uma cadeira autónoma sobre esta temática no primeiro ciclo de estudos em CP, até porque esta temática ou não é de todo abordada nas outras cadeiras da licenciatura em CP, ou a sua abordagem é muito introdutória e apenas secundariamente relacionada com as temáticas das eleições, do sistemas eleitorais e do voto.

A centralidade destas temáticas é também visível pela sua inserção nos planos de estudo das licenciaturas ao nível internacional e nacional. No primeiro caso, embora pudessemos multiplicar os exemplos, vejamos em primeiro lugar duas das licenciaturas em CP que mais de perto inspiraram a proposta de licenciatura de CP do ISCTE.¹³ Primeiro, na Universidade Complutense de Madrid há duas cadeiras que cobrem estas temáticas: “*Ciencia Política II: Instituciones y Estructuras de Decisión*” e “*Análisis del Comportamiento Político y Electoral*”.¹⁴ Segundo, na *Université Libré de Bruxelles* estas temáticas estão subsumidas em várias cadeiras, com menor grau de autonomia do que no caso anterior.¹⁵ Uma terceira universidade estrangeira, agora do universo anglo-saxónico, a prestigiada *University of Strathclyde* tem também várias cadeiras sobre regras eleitorais

**“A centralidade destas
temáticas é também
visível pela sua inserção
nos planos de estudo das
licenciaturas ao nível
internacional e
nacional.”**

.....

¹³ A terceira delas (da Universidade de Birmingham) não tem actualmente o plano de estudos facilmente acessível: http://aweb.bham.ac.uk/POLISIS/undergraduate/degree_programmes/pol_sci.htm Decidimos, por isso, utilizar em vez uma outra em língua inglesa, tão ou até mais prestigiada.

¹⁴ Ver <http://www.ucm.es/info/ucmp/pags.php?tp=Grados&a=estudios&d=muestragrado3.php&idgr=13>

¹⁵ Ver <http://www.ulb.ac.be/catalogue/soco/BA-POLI.html>

e comportamentos de voto na sua licenciatura em Ciência Política, ainda que muito centradas no sistema político do Reino Unido: “*Contemporary British Governance*”, “*Elections and Voting in Britain*”, entre outras.¹⁶

Ao nível das duas universidades públicas portuguesas onde há cursos de 1º ciclo de Ciência Política há mais tempo, verifica-se que as questões das instituições eleitorais e dos comportamentos de voto têm um relevo importante, embora por vezes não estejam autonomizadas em cadeiras próprias. Por exemplo, na licenciatura em “Ciência Política e Relações Internacionais” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) estas temáticas são abordadas nas cadeiras de “Sociologia Política”, “Teorias da Democracia” e “Partidos Políticos e Grupos de Pressão”, mas não recebem tratamento autónomo.¹⁷ Porém, tal deve-se à passagem da UC “Estudos Eleitorais”¹⁸ para o 2º ciclo, aquando da adaptação ao processo de Bolonha.¹⁹ Pelo contrário, na licenciatura de “Ciência Política” do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) estas temáticas adquirem grande centralidade e tratamento autónomo: há várias cadeiras obrigatórias que abordam explicitamente estas temáticas: “Sociologia Política e

¹⁶ Ver <http://www.strath.ac.uk/government/courses/politicsundergraduate/>

¹⁷ Ver <http://www.fcsh.unl.pt/cursos/guia/c-4057>

¹⁸ Cadeira esta cujo docente coordenador produziu aliás bastante material científico e pedagógico usado na nossa cadeira de SCE da Licenciatura de CP do ISCTE-IUL, designadamente Almeida, 1991.

¹⁹ No caso do ISCTE-IUL, além da cadeira SCE (em análise aprofundada no presente texto), que constitui uma introdução ao estudo dos sistemas e comportamentos eleitorais no primeiro ciclo, fazemos ainda dois aprofundamentos sobre estas matérias (e conteúdos conexos) ao nível do 2º ciclo (Mestrado em Ciência Política): respectivamente nas cadeiras “Eleições, Partidos e Representação Política” (leccionada por Fernando Farello Lopes, André Freire e Ana Belchior) e “Atitudes e Comportamentos Políticos” (leccionada por José Ramon Montero e André Freire). Embora estas cadeiras não foquem apenas as temáticas eleitorais, dão-lhe um grande relevo, constituindo (em certa medida) um aprofundamento de algumas temáticas apenas incipientemente afloradas em SCE. Portanto, face à FCSH-UNL, podemos dizer que o ISCTE-IUL dá hoje uma maior relevo à área dos estudos eleitorais, pelo menos no 1º e 2º ciclo de estudos universitários. Sobre o Mestrado em Ciência Política do ISCTE-IUL, designadamente a sua estrutura curricular, ver www.iscte.pt

Eleitoral”, “Representação Política e Sistemas Eleitorais”²⁰, “Opinião Pública” e “Cidadania e Participação Política”.²¹ Além do ISCTE-IUL e das duas universidades anteriores, há ainda uma licenciatura em “Ciência Política e Relações Internacionais” na Universidade da Beira Interior (UBI).²² Também no “Ramo de Ciência Política” desta licenciatura da UBI as questões eleitorais merecem tratamento autónomo na UC “Sistemas e Comportamentos Eleitorais”. Finalmente, também uma das instituições privadas mais prestigiadas do país, a Universidade Católica Portuguesa (campus de Lisboa), tem na sua licenciatura de CP uma cadeira chamada “Sistemas e Comportamentos Eleitorais”.²³ / ²⁴ Esta análise institucional justificaria por si só a inserção e o tratamento autónomo desta temática na licenciatura de CP do ISCTE-IUL.

Uma última forma de olharmos para a centralidade do estudo das instituições eleitorais e dos comportamentos de voto para uma formação básica (e avançada) em Ciência Política é olharmos para alguns manuais da disciplina. Por exemplo, na obra do prestigiado politólogo italiano, Gianfranco Pasquino (2002, reeditada em 2010), traduzida em Português (“Curso de Ciência Política”), encontramos vários capítulos onde estas temáticas são abordadas

“A centralidade do estudo das instituições eleitorais e dos comportamentos de voto para uma formação em Ciência Política é também evidenciada pelos manuais da disciplina: estas temáticas estão sempre presentes.”

²⁰ Cadeira esta cujo docente coordenador produziu aliás material científico e pedagógico usado na nossa cadeira de SCE da Licenciatura de CP do ISCTE-IUL, designadamente Martins, 2008.

²¹ Ver <http://www.iscsp.utl.pt/index.php%3Fidc=11&idi=12292.html>

²² Ver <http://www.ubi.pt/Curso.aspx?CodigoCurso=893>

²³ Ver <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=4297&lang=1&artigoID=1899>

²⁴ Cadeira esta cujo docente coordenador produziu aliás material científico e pedagógico usado na nossa cadeira de SCE da Licenciatura de CP do ISCTE-IUL, designadamente Cruz, 1998.

tais como “A Participação Política” ou “Eleições e Sistemas Eleitorais”. Na colectânea “*Diez Textos Básicos de Ciência Política*”, organizada por Albert Batlle (AAVV, 1992), há pelo menos três textos clássicos que abordam estas temáticas com grande centralidade: o texto de Maurice Duverger sobre a influência dos sistemas eleitorais na vida política, o trabalho de Anthony Downs sobre a sua “teoria económica da democracia” ou, ainda, o estudo de Seymour M. Lipset e Stein Rokkan sobre as estruturas de clivagem, os sistemas partidários e os alinhamentos dos eleitores.

Em língua inglesa encontramos no “*New Handbook of Political Science*” (Klingemann e Goodin, 2000) várias partes do livro que abordam as temáticas eleitorais, integralmente ou parcialmente: Parte I (“*Political Institutions*”), Parte II (“*Political Behaviour*”) e Parte III (“*Comparative Politics*”). Mais recentemente saíram três *Handbooks* da *Oxford University Press* que dão grande centralidade a estas questões, sobretudo o primeiro sobre “*Political Behaviour*” (Dalton e Klingemann, 2007) – com inúmeros capítulos sobre estas temáticas –, mas também o segundo sobre “*Comparative Politics*” (Boix e Stokes, 2007) – um capítulo sobre sistemas eleitorais; mais cerca de três sobre eleitores e partidos – e o terceiro sobre “*Political Institutions*” (Rhodes, Binder e Rockman, 2006) – um capítulo autónomo sobre sistemas eleitorais. Outro manual (Larsen, 2006), agora sobre teoria e métodos em ciência política, tem vários capítulos sobre as questões eleitorais, seja do ponto de vista comportamental (a tese sobre o congelamento das clivagens de Lipset e Rokkan, o modelo do funil de causalidade, do modelo sociopsicológico do voto, etc.), seja do ponto de vista institucional (o impacto dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários, de Duverger, a lei do cubo, etc.).

Finalmente, para não nos alongarmos mais sobre esta temática, recordemos ainda, em português (onde este tipo de manuais são ainda escassos), o volume III da colectânea sobre “*Introdução à Política*”, de Armando Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto (2002), com capítulos como “*O Sistema Eleitoral e Partidário*” e “*Formação e Viciação da Vontade dos Eleitores*”. Portanto, também por aqui fica ilustrada à exaustão a centralidade das temáticas eleitorais (instituições e

comportamentos) e, assim, fica inteiramente justificada a cadeira de SCE na licenciatura de CP do ISCTE-IUL.

4.

Conteúdos, programação e práticas pedagógicas da unidade curricular “Sistemas e Comportamentos Eleitorais” da Licenciatura em Ciência Política do ISCTE-IUL

4.1

Objectivos e metodologia de aprendizagem da Unidade Curricular

Antes de definir os objectivos e a metodologia de aprendizagem da UC “Sistemas e Comportamentos Eleitorais”, integrada na Licenciatura de CP do ISCTE-IUL, vale a pena, em primeiro lugar, recordar o perfil do conjunto de cadeiras em que SCE se integra em termos das linhas de força do processo de ensino-aprendizagem que guiam as UCs deste conjunto e, em segundo lugar, apresentar o paradigma de ensino-aprendizagem vigente no ISCTE-IUL, nomeadamente no Departamento de Sociologia, hoje (após a recente reorganização institucional do ISCTE-IUL, realizada em 2010) sucedido pela “Escola de Sociologia e Políticas Públicas” com 4 Departamentos (Sociologia; Ciência Política e Políticas Públicas, onde está alocada institucionalmente a Licenciatura, Mestrado e Doutoramento²⁵ em Ciência Política; Métodos de Pesquisa Social; História) e 3 Centros de Investigação

²⁵ No caso do Doutoramento em Ciência Política & Relações Internacionais, trata-se de uma realização conjunta de 2 Departamentos (Ciência Política e Políticas Públicas e História) e 3 Centros de Investigação (CIES, CEHC, CEA).

(CIES: Centro de Investigação e Estudos em Sociologia; CEHC: Centro de Estudos de História Contemporânea; CEA: Centro de Estudos Africanos).

Em linhas gerais, as UCs “teórico-metodológicas”, onde SCE se integra, caracterizam-se por um processo de ensino-aprendizagem que se subdivide entre aulas com uma carga horária relativamente reduzida (para exposição e discussão dos conteúdos fundamentais do seu programa, e envolvendo sempre ensino teórico e teórico-prático, em proporções equivalentes), 1h20m para cada sessão, orientação tutorial (visando apoiar o processo individualizado de progressão de cada aluno) e trabalho independente dos discentes (dividido em estudo individual e trabalho de grupo, combinação que é já de há muito uma “imagem de marca” do Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL (hoje Escola de Sociologia e Políticas Públicas/ Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas), com claras vantagens e provas dadas nas aprendizagens e no desenvolvimento de competências).

Quanto ao paradigma do processo de ensino-aprendizagem vigente no ISCTE-IUL, nomeadamente no Departamento de Sociologia (hoje Escola de Sociologia e Políticas Públicas/ Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas), e que tem dado tantos frutos na qualidade do ensino ministrado, as suas linhas gerais são as seguintes. Em termos pedagógicos, este paradigma tem apostado numa relação simbiótica entre a teoria e a metodologia, entre a teoria e a investigação empírica, e almeja ser igualmente um trunfo para a inserção profissional dos futuros licenciados, no sentido em que lhes fornece competências que podem ser mobilizadas de forma criativa nos mais diversos domínios, tornando-os, por isso, mais aptos e capacitados para desempenharem funções em variados contextos institucionais e para responderem a solicitações e exigências muito diferenciadas.

Definido o perfil da UC SCE, no conjunto das UCs teórico-metodológicas, e o paradigma de ensino-aprendizagem vigente no ISCTE-IUL, cabe agora definir os objectivos da cadeira e a forma como eles são concretizados em termos da metodologia de aprendizagem. Os objectivos são sempre apresentados na FUC (Ficha de Unidade Curricular) fornecida aos alunos antes do início das aulas

em cada semestre (versões sintética e detalhada), e disponibilizada também em linha no sítio do ISCTE-IUL (apenas na sua versão mais sintética) – um exemplo completo das versões sintética e detalhada da FUC, fornecidas ambas aos alunos no ano lectivo 2009-2010, pode ser encontrada em Freire, 2010a, Anexo 2 (não incluída no presente texto devido a limitações de espaço). Na FUC, os objectivos da UC SCE são assim referidos:

“As eleições têm um lugar central nos regimes democráticos: é sobretudo através delas que se processam as funções de representação e de responsabilização. Em regimes não democráticos cumprem outras funções. Daí que estas temáticas tenham tanto relevo na Ciência Política.

Primeiro, pretende-se fornecer os conhecimentos fundamentais sobre o que são e como funcionam os sistemas eleitorais. Segundo, fornecer os conhecimentos fundamentais sobre como se articulam os diversos sistemas eleitorais com os diferentes tipos de sociedade e quais os seus efeitos não só sobre outros elementos do sistema político mas também sobre os comportamentos dos eleitores. Terceiro, apresentar os vários modelos explicativos dos comportamentos dos eleitores, compaginando cada um deles com as grandes tendências dos comportamentos eleitorais nas democracias modernas. Quarto, capacitar os alunos para que sejam capazes de estruturar e apresentar oralmente uma pesquisa (comparativa) sobre as temáticas em foco.” Portanto, em congruência com os objectivos gerais definidos na secção anterior para a licenciatura de CP do ISCTE-IUL, pretende-se que, no final da cadeira, os discentes sejam capazes de reconhecer, criticar e formular problemas relevantes na área dos estudos eleitorais (instituições eleitorais e comportamentos de voto). Além disso, pretende-se que os alunos sejam capazes de estruturar e concretizar uma pequena investigação comparativa sobre estas temáticas, e fiquem ainda capacitados para apresentar os respectivos resultados em público.

Para atingir tais objectivos, o processo de ensino aprendizagem em SCE é apresentado aos alunos na FUC (ver Freire, 2010a, Anexo 2) do seguinte modo: “As aulas consistem sobretudo em aulas de exposição da matéria pelo docente (aulas teóricas e teórico-práticas) e em dis-

cussão e apresentação de trabalhos pelos alunos (aulas teórico-práticas / seminários). Durante as aulas (sessões de orientação tutorial) e o acompanhamento tutorial *tout court* serão dadas orientações teóricas e metodológicas sobre como estruturar e desenvolver um projecto de investigação (comparativo) sobre as temáticas leccionadas na cadeira.

Nas aulas, há várias actividades a desenvolver, as quais são sempre enquadradas pelo docente, requerendo-se dos alunos sobretudo leitura prévia dos materiais, atenção e questionamento crítico, bem como participação activa nas discussões dos textos e na realização de outras das tarefas previamente acordadas com o docente. As orientações sobre como desenvolver um projecto de investigação deverão ser prosseguidas e concretizadas ao nível do trabalho de campo a realizar pelos estudantes, bem como nos exercícios a realizar na aula.”

No Departamento de Sociologia (hoje Escola de Sociologia e Políticas Públicas/ Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas) do ISCTE-IUL, cada UC em cada semestre deve contemplar 12 semanas de aulas que, no caso de SCE, correspondem a 12 semanas vezes duas aulas de 1h20m cada. Na FUC supra-referida é apresentado aos alunos no início de cada semestre o planeamento integral de todas e cada uma das aulas – ver Freire, 2010a, Anexo 2, Ponto III – Programação das Aulas e respectiva calendarização. Portanto, os alunos ficam a saber, para cada dia, quais as matérias que serão leccionadas e discutidas e qual o tipo de aulas nas duas sessões em causa. Como pode ver-se, das 12 semanas previstas, a primeira foi ocupada com orientação tutorial (apresentação da cadeira, dos objectivos e do sistema de avaliação; e ainda a organização pedagógica das aulas, nomeadamente a distribuição dos textos a apresentar e discutir oralmente pelos alunos).²⁶ Das restantes 11 semanas, em 6 delas as aulas (12) foram essencialmente de exposição da matéria pelo docente (ver à frente os conteúdos programáticos). As restantes 5 semanas (10 sessões) são geralmente preenchidas com aulas em que, para cada sessão, dois grupos de alunos ficam encarregues de apresentar oralmente

.....
²⁶ Note-se que esta estrutura tem sido seguida nos vários anos (2) em que a cadeira vigorou e só por comodidade apresentamos o ano lectivo 2008-2009 como exemplo.

dois textos (ou dois conjuntos de textos) e os restantes discentes são, no final, convocados aleatoriamente para comentarem e/ou questionarem a exposição dos colegas (a lista completa dos textos a apresentar, em cada sessão, é fornecida aos alunos com a FUC – ver Freire, 2010a, Anexo 2; para facilitar a logística, também uma sebenta com estes textos – todos de leitura obrigatória – é fornecida aos alunos no início do semestre).²⁷ Assim, se pretende, em primeiro lugar, que os alunos treinem a comunicação oral de resultados de pesquisas/textos. Em segundo lugar, almeja-se que desenvolvam o sentido crítico ao serem convocados a discutir as apresentações dos colegas. Em terceiro lugar, este modelo de aulas pretende ainda estimular uma participação mais activa dos alunos.

Nesta cadeira de SCE, em estreita articulação com a cadeira de “Laboratório de Pesquisa Comparativa” (LabPC), pretende-se ainda que os alunos aprendam a estruturar uma pesquisa comparativa na área dos estudos eleitorais (instituições eleitorais e/ou comportamentos de voto). Para tal, organizados em grupos, os alunos têm de estruturar e realizar uma pesquisa, nomeadamente mobilizando os conhecimentos teóricos adquiridos na cadeira, mas também os conhecimentos teórico-metodológicos ad-

**“Nesta cadeira de
«Sistemas e
Comportamentos
Eleitorais”, e em estreita
articulação com
“Laboratório de Pesquisa
Comparativa”, há uma
forte aposta na simbiose
entre a teoria e a prática,
entre o ensino teórico e a
investigação empírica.”**

²⁷ Dizemos geralmente porque no ano lectivo 2008-2009 uma destas 5 semanas foi integralmente ocupada com a frequência, a título inteiramente gratuito (e com direito a diploma), do X Curso Livre em História Contemporânea do IHC-FCSH-UNL e da FMS (Fundação Mário Soares), que versou sobre a temática em estudo nesta cadeira (“Eleições e sistemas eleitorais no século XX Portugueses”) e foi organizado cientificamente pelo docente e coordenador de SCE. Mais, durante toda a semana (sábado incluído, onde a sessão foi feita com a apresentação das propostas de reforma do sistema que os cinco partidos com representação parlamentar pensam desejáveis, por deputados da Assembleia da República) os alunos foram liberados de todas as restantes aulas para poderem assistir ao curso, o que fizeram com proveito. Pensamos que o ensino universitário deve acomodar, de forma flexível e dentro de limites razoáveis, este tipo de iniciativas, caso elas estejam relacionadas com as matérias leccionadas, como era manifestamente o caso.

quiridos noutras cadeiras. A orientação tutorial, feita em articulação com LabPC, visa precisamente orientar os alunos na estruturação de uma tal pesquisa; naturalmente, uma tal pesquisa exige também bastante trabalho autónomo dos alunos.

Para ajudar os alunos nesta e noutras tarefas, é-lhes fornecido com a FUC no início do semestre (ver Freire, 2010a, Anexo 2) não só uma bibliografia básica, com indicação dos elementos de leitura obrigatória em cada ponto do programa, mas também uma bibliografia complementar. Note-se que, muitos destes textos (sobretudo os que estão em português), são obras de referência (mais ao estilo de manual introdutório ou não) elaboradas e/ou dirigidas pelo autor do presente relatório, seja na área das instituições eleitorais (Lopes e Freire, 2002, Parte II; Freire, Meirinho e Moreira, 2008), seja na área dos comportamentos de voto (Freire, 2001a e 2001b; Freire, 2006; Freire e Magalhães, 2002; Freire, Lobo e Magalhães, 2004, Freire, Lobo e Magalhães, 2007).

Além disso, como para essa pesquisa os alunos terão não só de fazer uma revisão de literatura e desenvolver um quadro teórico, mas também recolher os dados relevantes para a pesquisa, tratá-los e analisá-los, é-lhes fornecido com a FUC um conjunto de moradas de sítios da rede e de fontes impressas onde podem encontrar informação útil (dados empíricos) para a realização de pesquisas comparativas em Ciência Política, nomeadamente na área dos estudos eleitorais (ver Freire, 2010a, Anexo 2). A este respeito refira-se designadamente o acesso ao banco de dados do ICPSR (*Inter University Consortium for Political and Social Research*), *Michigan University*, Ann Arbor, EUA, de que o autor do presente relatório é o professor responsável e *official representative* (no ISCTE-IUL) desde 2000.²⁸ Note-se ainda que alguns dos dados úteis para tais pesquisas, sobretudo respeitantes a

²⁸ O ICPSR é o maior banco de dados do mundo e fornece variadíssimos estudos baseados em amostras representativas das populações dos diferentes países, sobretudo de tipo *survey* comparativo (*Eurobarómetros*, *European Social Survey*, *European Election Study*, *Comparative Study of Electoral Systems*, *International Social Survey Programme*, *World Values Survey*, *European Values Study*, etc., etc.). Trata-se, portanto, de uma infra-estrutura fundamental para a promoção de um ensino universitário aplicado e ligado à investigação (nos vários ciclos, 1º, 2º e 3º).

Portugal, foram compilados e publicados em *booklet* pelo autor deste relatório (ver Freire, Lobo, Magalhães e Espírito-Santo, 2003 e 2005; Freire, Viegas e Seiceira, 2009). Para este mesmo fim, é-lhes ainda fornecida uma pequena lista de revistas académicas de referência (nacionais e internacionais) na área da CP, as quais deverão ser consultadas para a realização do trabalho.

4. 2

Avaliação da aprendizagem

Já se definiram atrás os tipos de aulas na UC e de que modo elas permitem atingir os diferentes tipos de objectivos definidos, quer para a licenciatura de CP, em geral, quer para a cadeira de SCE, em particular. Nessa apresentação, já remetemos para alguns dos elementos sobre a forma como os alunos são avaliados. Cabe agora especificá-los com precisão, começando por descrever o sistema de avaliação tal qual é apresentado aos alunos no início de cada semestre na FUC (ver Freire, 2010a, Anexo 2):

“A avaliação visa aferir em que grau o estudante atingiu os resultados de aprendizagem previstos nos objectivos e tem cinco componentes.

Primeiro, a assiduidade e a participação nas aulas (15% da média final).

Segundo, uma exposição oral (25%) e um comentário (10%) de (diferentes) textos programados para as aulas práticas.

Terceiro, em articulação com a cadeira “Laboratório de Pesquisa Comparativa” e organizados em grupos, os discentes terão de estruturar uma pequena pesquisa empírica comparativa baseada em dados secundários e versando sobre as temáticas leccionadas na cadeira (50%). A pesquisa será acompanhada regularmente pelo docente e terá discussão obrigatória com o mesmo.

Os alunos que não obtiverem aproveitamento na avaliação contínua poderão sempre recorrer ao exame escrito nas condições legais usuais.”

Em primeiro lugar, desta descrição podemos verificar que a assiduidade e a participação dos alunos, em geral, e nas aulas teórico-práticas (seminariais), em particular, é bastante valorizada e incentivada. Primei-

ro, como uma nota (de 0 a 20) ponderada em 15% para a média final pela “assiduidade e participação” nas aulas em geral. Segundo, através de uma exposição oral (preparada em grupo mas apresentada e classificada individualmente), com uma nota (de 0 a 20) ponderada a 25% para a média final, e de um comentário oral (individual) a pelo menos um dos textos apresentados pelos colegas nas aulas teórico-práticas (seminariais), com uma nota (de 0 a 20) ponderada a 10% para a média final. Fica pois evidente a valorização, com consequências na classificação, da assiduidade, da participação nas aulas, do treino da exposição em público e do exercício do espírito crítico. Note-se que estas práticas do treino da exposição e comentário de resultados (e textos), em público, são já uma tradição (no ISCTE-IUL) com provas dadas e reconhecidas pelos alunos.

Em segundo lugar, nesta cadeira de SCE, e em estreita articulação com a UC “Laboratório de Pesquisa Comparativa”/LabPC (também leccionada e coordenada pelo autor deste relatório no mesmo primeiro semestre do 2º ano da Licenciatura em CP do ISCTE-IUL), leva-se muito a sério e concretiza-se um dos elementos chave do paradigma de ensino-aprendizagem do ISCTE-IUL, já referido atrás: a aposta numa relação simbiótica entre a teoria e a metodologia, entre a teoria e a prática, em suma, entre o ensino teórico e a investigação empírica. Para tanto, aos alunos deste primeiro semestre do 2º ano da licenciatura em CP é-lhes pedido que estruturem uma pequena pesquisa empírica comparativa usando para tanto as ferramentas teóricas dos estudos eleitorais (lecionadas em SCE) e aplicando simultaneamente a metodologia comparativa (um metodologia emblemática da Ciência Política, como é sabido), que lhes é ensinada em LabPC. O mesmo ensaio de investigação é pois realizado e avaliado com diferentes perspectivas, uma mais teórico-prática, associada a SCE, e outra mais metodológica, associada a LabPC.

Para se perceber melhor como é concretizada a simbiose entre a teoria e a prática de investigação empírica em SCE (articulada com LabPC), recorde-se o perfil das UCs “laboratórios de CP” da Licenciatura de CP do ISCTE-IUL: “as unidades curriculares de **“laboratórios de Ciência Política”** foram concebidas com um terceiro tipo de formato pedagógico. São unidades curriculares essencialmente práticas, destinadas ao treino da aplicação e integração de conhecimentos e ao desenvolvimen-

to de competências, tanto competências básicas do trabalho politológico como competências mais avançadas, essencialmente de projecto politológico.²⁹” Portanto, nesta articulação é pedido aos alunos que, usando as temáticas dos estudos eleitorais como área de trabalho, estruturarem um projecto de pesquisa definindo uma (ou mais) questão(ões) de pesquisa, os objectivos da mesma, uma revisão de literatura (estado da arte) e um quadro teórico (com as ferramentas dos estudos eleitorais). Neste projecto, os alunos deverão ainda formular hipóteses, definir os casos (países) a estudar e a metodologia de selecção dos mesmos, recolher dados e testar as hipóteses com os métodos e as técnicas que considerarem adequados à natureza dos problemas e ao tipo de dados disponíveis. Portanto, trata-se de levar a cabo uma pequena pesquisa empírica comparativa na área dos estudos eleitorais. Note-se que o trabalho é desenvolvido em grupo (não só por causa da dimensão das turmas, mas também pelas significativas exigências de trabalho que uma pesquisa deste género sempre comporta), mas a avaliação é individual, seja através do acompanhamento tutorial (fora das aulas), seja através dos exercícios práticos semanais (executados em LabPC), seja através da discussão final dos trabalhos com os alunos.

Descrito o processo de avaliação e aprendizagem em SCE (em articulação com LabPC), bem como a forma como ele se ajusta plenamente ao paradigma de ensino-aprendizagem do ISCTE-IUL, designadamente da Licenciatura em CP, cumpre passar a uma breve análise dos resultados. Porém, por limitações de espaço na revista Eleições, apenas apresentamos uma breve síntese dos resultados dos alunos, bem como das

“Os resultados dos alunos têm sido francamente positivos; as avaliações do professor feitas pelos discentes revelam também resultados bastante positivos, geralmente acima da média na Licenciatura de Ciência Política do ISCTE-IUL”

²⁹ Citação retirada de ISCTE-IUL (2009), *Concretização do Processo de Bolonha – Relatório – 1º Ciclo de Ciência Política, 2008-2009*, Lisboa, ISCTE-IUL.

avaliações do docente pelos discentes; os interessados em mais detalhes deverão consultar Freire, 2010a e 2010b. Neste domínio, é apenas possível sintetizar aqui três conjuntos de dados fundamentais. Primeiro, os resultados dos alunos têm sido francamente positivos nos dois anos lectivos já concretizados (2008-2009 e 2009-2010). Segundo, as avaliações do professor feitas pelos discentes (com base em inquéritos regulares passados junto dos alunos) revelam também resultados bastante positivos, geralmente acima da média na Licenciatura de CP do ISCTE-IUL (e do conjunto das Licenciaturas do próprio ISCTE-IUL). Terceiro, estes resultados são congruentes com os de outras UCs (unidades curriculares) leccionados pelo docente em outras licenciaturas e mestrados do ISCTE-IUL. Os dados empíricos que documentam esta síntese são apresentados, como já se referiu, em Freire, 2010a e 2010b.

4. 3

Duração e planeamento da Unidade Curricular

No início, isto é, nos anos lectivos 2007-2008 e 2008-2009, foi possível atribuir igualmente 6 ECTS (168 horas) a todas as unidades curriculares da Licenciatura em CP do ISCTE-IUL, embora haja entre as UCs três conjuntos diferenciados (como vimos acima) e com um perfil de actividades bastante diverso. Em concreto, correspondiam a 80 horas de contacto, com o conteúdo descrito acima, a que acresciam, no caso dos laboratórios de competências politológicas básicas, 40 horas de estudo individual e 40 horas de trabalho de grupo, e, no caso dos laboratórios de projecto e relatório, 20 horas de estudo individual, 20 horas de trabalho de grupo e 40 horas de trabalho de projecto (em ambos os casos, com mais 8 horas de avaliação). Para vigorar a partir do ano lectivo 2009-2010 em diante, e tendo em conta a experiência adquirida com a aplicação do processo de Bolonha no Departamento de Sociologia do ISCTE, foi mantido o número créditos ECTS (6) igual para todas as ca-

deiras, mas baixou-se o número total de horas de trabalho (contacto e trabalho autónomo), o qual passou a ser de 150 horas (ver Anexo 1, designadamente tabelas A1.4 e seguintes). No caso das UCs teórico-metodológicas (onde se inclui SCE) essas horas são distribuídas por 37 de contacto e as restantes 113 de trabalho autónomo (individual ou de grupo). Nas UCs de análise de dados, bem como de laboratórios em CP, a distribuição passou a ser de 55 e 95, respectivamente.

No Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL, hoje Escola de Sociologia e Políticas Públicas/ Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, cada UC em cada semestre deve contemplar 12 semanas de aulas que, no caso de SCE, correspondem a 12 semanas vezes duas aulas de 1h20m cada. Na FUC supra-referida é apresentado aos alunos no início de cada semestre o planeamento integral de todas e cada uma das aulas – ver Freire, 2010a, Anexo 2, Ponto III – “Programação das Aulas” e respectiva calendarização”. Portanto, os alunos ficam a saber logo no início do semestre, para cada dia, quais as matérias que serão leccionadas e discutidas e qual o tipo de aulas nas duas sessões em causa.

4. 4

Conteúdos programáticos:

A cadeira de SCE da Licenciatura de CP do ISCTE-IUL está estruturada em três grandes conjuntos programáticos, cada um deles por sua vez subdividido em vários pontos mais específicos. Esses grandes pontos são 1) “Eleições e democracia”; 2) “Sistemas eleitorais”; 3) “Comportamentos eleitorais”. Para cada ponto é proposto na FUC um conjunto de aulas que lhe é dedicado (ver Freire, 2010a, Anexo 2: “Programação das aulas”). Além disso, na versão detalhada do programa, para cada ponto são definidos subpontos e é apresentada uma bibliografia específica (desejavelmente reduzida, até porque a bibliografia básica – de leitura obrigatória – e a bibliografia complementar – mais extensa e cujo objectivo é fornecer instrumentos para traba-

lhos específicos, actuais e futuros – foram já fornecidos na versão sintética da FUC: ver Freire, 2010a, Anexo 2). Na bibliografia específica que acompanha cada um dos pontos específicos do programa são ainda referenciados os elementos de leitura obrigatória, assinalados com 2 asteriscos (**), e os elementos de leitura (não obrigatória mas) especialmente recomendada, assinalados com 1 asterisco (*). Seguidamente, para cada um dos três conjuntos de conteúdos programáticos, começamos por os apresentar tal como eles são definidos na FUC (versão detalhada: Freire, 2010a, Anexo 2). Em segundo lugar, explicitamos as matérias específicas a que se reportam. Em terceiro lugar, explicitamos o número de aulas que lhes são dedicadas, sejam de exposição pelo docente, sejam aulas práticas de apresentação e discussão de textos pelos alunos.

4. 4. 1

Eleições e democracia

“1 – Eleições e Democracia

1. 1 – As funções das eleições nos diferentes regimes políticos

1. 2 – Eleições e democratização à escala mundial

1. 3 – Eleições e regimes políticos em Portugal: séculos XIX-XXI

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, P.T. DE (1991), *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.

CRUZ, MANUEL BRAGA DA (1988), “A União Nacional e a Oposição: As Eleições do Estado Novo” in *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, pp. 194-227.

DAHL, ROBERT (1998), “What political institutions does large-scale democracy require?”, in *On Democracy*, New Haven, Yale University Press, pp. 83-99.³⁰ / (*)³¹

LOPES, FERNANDO FARELO (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa.

³⁰ Há tradução portuguesa da Editorial Presença.

³¹ (*) = Leitura recomendada.

NOHLEN, D. (1995), “Concepto, importancia y función de las elecciones”, in *Sistemas electorales y sistemas de partidos*, México, Fondo de Cultura Económica, pp. 9-18. (**)³²

SCHMITTER, P. (1999), “Impacte e Significado das Eleições «Não Concorrenciais, Não Livres e Não Significativas» no Regime Autoritário Português, 1933-1974” in *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, pp. 71-102.”

Este primeiro ponto é introdutório e serve fundamentalmente para se perceber o porquê da importância de estudar as eleições e os processos eleitorais em Ciência Política. Começamos pela natureza e funções das eleições nos diferentes regimes políticos: autoritários, totalitários, liberais mas não democráticos e demoliberais, ou seja, liberais e democráticos. Seguidamente, apresenta-se um breve relance dos processos de democratização à escala mundial (vagas de democratização; parlamentarização dos regimes políticos; expansão dos direitos de voto e das condições para um exercício dos mesmos em condições de igualdade e liberdade; principais tendências na evolução dos sistemas eleitorais). Um especial realce é ainda dado à natureza e funções dos processos eleitorais nos diferentes regimes políticos portugueses desde a transição liberal (1820) até à actualidade, designadamente dando conta da investigação feita sobre o tema em cada um desses regimes políticos (Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo, Democracia). Este ponto ocupa geralmente duas aulas, exclusivamente dedicadas à exposição da matéria pelo docente, como se pode ver na “Programação das aulas” constante na FUC detalhada (Freire, 2010a, Anexo 2).

4. 4. 2

Sistemas eleitorais

“2 – Sistemas eleitorais

2.1 – Principais elementos dos sistemas eleitorais

2.2 – Consequências políticas dos diferentes tipos de sistemas eleitorais

.....
³² (**) = Leitura obrigatória.

- 2.3 – O sistema eleitoral português numa perspectiva comparada
- 2.4 – Tendências actuais de reforma dos sistemas eleitorais: o caso português em perspectiva comparada
- 2.5 – Sistemas sociais, sistemas eleitorais, sistemas de partidos e modelos de democracia

BIBLIOGRAFIA:

-
- ANDRÉ, JOSÉ GOMES (2008), “Sistema político e eleitoral norte-americano. Um roteiro”, in Soromenho-Marques, Viriato, *O Regresso da América. Que Futuro depois do Império, Lisboa, Esfera do Caos*, pp. 155-169 e 173-180 e 195-236. (*)
- CURTICE, J., E SHIVELY, P. (2003). “Quem nos representa melhor? Um deputado ou vários?”, in *Análise Social*, n.º 167, pp. 361-386. (*)
- CRUZ, MANUEL BRAGA DA (ORG.), (1998). *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*, Lisboa, ICS. (**)
- FREIRE, ANDRÉ, E MARTINS, MEIRINHO, E MOREIRA, DIOGO (2008), “O sistema eleitoral em perspectiva comparada”, in *Para uma melhoria da qualidade da representação política. A reforma do sistema eleitoral*, Lisboa, Sextante, capítulo 1. (**)
- GALLAGHER, M., E MITCHELL, P. (EDS.) (2008), “Introduction to electoral systems” e “Conclusion”, *The Politics of Electoral Systems*, Oxford University Press, pp. 3-24 e 535-578.
- KLINGEMANN, H., E WESSELS, B. (2000). “The political consequences of Germany’s mixed member system: personalization at the grass roots?”, in Shugart, M.S., e Wattenberg, M. P., orgs., *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds*, Oxford, Oxford University Press, pp. 279-296. (*)
- LOPES, F. F., E FREIRE, A. (2002), “Sistemas eleitorais”, in *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta: II Parte. (**)
- MOSER, R. G. (2000). “The consequences of Russia’s mixed-member electoral system”, in Shugart, M.S., e Wattenberg, M. P., orgs., *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds*, Oxford, Oxford University Press, pp. 494-520. (*)
- OÑATE, PABLO, E OCAÑA, FRANCISCO A. (1999), *Análisis de datos electorales*, Cuadernos Metodológicos, 27, Madrid, CIS. (*)
- TAAGEPERA, REIN (2007), “Electoral systems”, in Boix, Carles, e Stokes, Susan (editors), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 678-702. (*)

Este é um dos pontos com mais peso no programa da cadeira e, por isso, ocupa 6 sessões de exposição pelo docente (aulas teóricas e teórico-práticas) onde são apresentados quatro conjuntos de tópicos. Primeiro, as definições sobre o que é o sistema eleitoral e que importância tem para a representação política, sobretudo liberal e/ou demoliberal.

ral. Segundo, ainda neste ponto são abordados os vários elementos que configuram as instituições eleitorais e as diferentes classificações existentes para diferentes tipos de regras (designadamente, são apresentadas, comparadas e discutidas as classificações propostas por Nohlen, 1994; Lijphart, 1995; Shugart e Wattenberg, 2000; e outras revistas em Freire, Meirinho e Moreira, 2008: Capítulo 1; Martins, 2008: especialmente pp. 183 e seguintes). Quanto aos vários elementos dos sistemas eleitorais e à sua importância relativa, são considerados fundamentalmente os seguintes: fórmulas eleitorais; sistemas de representação; círculos eleitorais (desenho, distribuição população e magnitude; cláusulas barreiras legais e efectivas, “limiares efectivos”); as patologias dos sistemas eleitorais (*gerrymandering*, *maltaportionment* e vitórias em número de lugares de forças políticas que não são as mais votadas); tipos de sufrágio e procedimentos de votação; dimensão do órgão a eleger.

Neste domínio os alunos são confrontados com vários indicadores usados na CP para medir as características e os efeitos dos sistemas eleitorais sobre a competição política, nomeadamente o “limiar efectivo”, a “representação desigual”, a “desproporcionalidade”, etc. As obras de referência usadas são aqui os trabalhos de Lijphart (1994) e Gallagher e Mitchell (2008); obras de referência com revisões de literatura são Oñate e Ocaña (1999) e Freire, Meirinho e Freire (2008).

Além disso, aprofunda-se e discute-se a importância de cada um destes elementos para o funcionamento dos sistemas de representação política e para os efeitos das instituições eleitorais sobre a competição partidária.

Terceiro, são apresentadas o perfil, as consequências políticas e as principais tendências de reforma dos principais tipos de sistemas eleitorais existentes, nomeadamente colocando o sistema eleitoral português em perspectiva comparativa. Neste domínio, são apresentadas as teses de vários autores consagrados sobre as relações entre os sistemas eleitorais e os sistemas partidários, designadamente Maurice Duverger, Douglas Rae, Giovanni Sartori e Arend Lijphart, as quais são apresentadas e discutidas em Lopes e Freire (2002: II Parte), e cujos textos base foram compilados por Cruz (1998).

Por último, são analisadas não só as relações entre os sistemas eleitorais e as sociedades em que se inserem, mas também as relações entre as regras eleitorais e outros tipos de instituições políticas. Aqui analisa-se não só a integração dos diferentes conjuntos de instituições políticas em diferentes modelos de democracia, mas também a sua maior ou menor adequação a diferentes tipos de sociedades (plurais versus homogéneas, etc.) e as sua performance em termos de desempenho macroeconómico, gestão dos conflitos e da violência, e qualidade da democracia. Neste domínio, especial atenção é dada aos trabalhos de Lijphart (1999) e Powell (2000).

Além das 6 sessões teóricas já referidas há ainda outras 6 dedicadas à apresentação e à discussão de textos (sobre estes tópicos) pelos alunos. No ano lectivo de 2009-2010, estas foram apenas reduzidas a duas (ver textos 1 a 8 para apresentação e discussão pelos alunos: Freire, 2010a, Anexo 2, “Aulas práticas – seminários”). A terceira sessão foi este ano ocupada pela frequência do X Curso Livre da Fundação Mário Soares e do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL (cientificamente dirigido pelo autor do presente relatório), pois este curso versava matérias de especial interesse para os alunos de SCE (“Eleições e sistemas eleitorais no século XX português: um balanço”).

4. 4. 3

Comportamentos eleitorais

- “3 – Comportamentos eleitorais
- 3.1 – Modelo sociológico: estruturas sociais, eleitores e partidos
- 3.2 – Modelo sociopsicológico: bases atitudinais da ligação dos cidadãos aos partidos
- 3.3 – Modelo económico: cálculo estratégico, conjuntura económica e voto nos partidos
- 3.4 – Modelos das novas clivagens: novas clivagens, nova esquerda e nova direita
- 3.5 – Efeitos contextuais no comportamento dos eleitores

3.6 – O modelo das eleições de segunda ordem (e afins)

3.7 – Tendências recentes dos comportamentos e atitudes dos eleitores nas democracias modernas

BIBLIOGRAFIA:

- DALTON, RUSSEL J. (2002), “Political cleavages, issues and electoral change”, in LeDuc, Lawrence, e Niemi, Richard G., e Norris, Pippa (orgs.), *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, pp. 189-209. (*)
- BARTLE, JOHN, AND BELLUCI, PAOLO (2009), “Introduction: Partisanship, social identity and individual identity”, in Bartle, John, and Belluci, Paolo (eds.), *Political Parties and Partisanship. Social Identity and Political Attitudes*, London, Routledge, pp. 1-25.
- ESMER, YILMAZ, E PETTERSON, THORLEIF (2007), “The effects of religion and religiosity on voting behavior” in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 481-503.
- FRANKLIN, MARK (1992), “The decline of cleavage politics”, in Franklin, Mark N. et al (eds.), *Electoral change – responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 383-405. (**)
- FRANKLIN, MARK (2002), “The dynamics of electoral participation”, in LeDuc, Lawrence, e Niemi, Richard G., e Norris, Pippa (orgs.), *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, pp. 148-168. (**)
- FRANKLIN, MARK ET AL (1992), “Introduction”, in Franklin, Mark N. et al (eds.), *Electoral change – responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, CUP, pp. 3-32. (*)
- FREIRE, ANDRÉ (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta. (**)
- FREIRE, ANDRÉ, E LOBO, MARINA C. (2005), “Economics, Ideology and Vote: Southern Europe, 1985-2000”, *European Journal of Political Research*, Volume 44 (4), pp. 493-518. (*)
- FREIRE, ANDRÉ E MAGALHÃES, PEDRO (2002), “Indicadores da abstenção eleitoral: vantagens e desvantagens relativas para a análise comparativa” e “A evolução da abstenção nas eleições legislativas, presidenciais e europeias nas democracias industrializadas”, in *A Abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 21-40 e 41-70.
- FREIRE, ANDRÉ, AND TEPEROGLOU, EFTICHIA (2007), “Eleições Europeias e Política Nacional: Lições das «Novas» Democracias do Sul da Europa”, *Perspectivas*, 02, pp. 29-54. (**)³³
- GUNTHER, RICHARD (2004), “As eleições portuguesas em perspectiva comparada: partidos e comportamento eleitoral na Europa do Sul”, Freire, André, M.C. Lobo, P.C. Magalhães (editors) (2004), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-86. (**)

³³ Versão inglesa em *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 17 (1), pp. 101-122.

HOLMBERG, SOREN (2007), "Partisanship reconsidered", in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 557-570.

INGLEHART, RONALD (2007), "Postmaterialist values and the shift from survival to self-expression values" in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 223-239. (**)

KNUTSEN, ODDBJORN (2007), "The decline of social class?" in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 457-480.

LEWIS-BECK, MICHAEL, E STEGMATTER (2007), "Economic models of voting", in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 518-537.

LIPSET, S.M., & S. ROKKAN (1992 [1967]), "Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores" in Lipset, S., *Consenso e conflito*, Lisboa, Gradiva, pp. 161-259.³⁴ (**)

LOBO, MARINA C. (2007), "Partidos e líderes: organização partidária e voto no contexto Europeu", em Freire, André, M. C. Lobo e P. Magalhães (eds.) (2007), *Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 253-274.³⁵ (*)

MCALLISTER, IAN (2007), "The personalization of politics", in Dalton, Russell J., e Klingemann, Hans-Dieter (eds.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 571-588.

MILLER, WILLIAM L., E NIEMI, RICHARD G. (2002), "Voting: choice, conditioning and constraint", in LeDuc, Lawrence, e Niemi, Richard G., e Norris, Pippa (orgs.), *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, pp. 169-188. (**)

No terceiro conjunto de conteúdos programáticos de SCE são estudados os comportamentos dos eleitores (participação versus abstenção; sentido de voto), os principais enfoques teóricos no seu estudo e as principais tendências nesta matéria, fundamentalmente desde o fim da segunda guerra até à actualidade. A estas temáticas são dedicadas 4 aulas de exposição pelo docente e mais 4 aulas de exposição e discussão de textos pelos alunos (ver os textos em Freire, 2010a, Anexo 2 – "Aulas práticas – seminários" – textos 9 a 16).

Num primeiro momento, depois de definido de que é que se ocupa e porque é que é relevante o estudo dos comportamentos dos eleitores, são abordados os principais modelos explicativos do voto (isto é, da participação versus abstenção e do sentido de voto). Designadamente, são referidos os trabalhos de Lazarsfeld et al, 1948; Campbell

³⁴ Versão original em Lipset, S. M., and Rokkan, S. (eds), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, New York, NY: Free Press, pp. 1-64.

³⁵ Há versão inglesa na revista *Party Politics*.

et al, 1980; Downs, 1957; Lewis-Beck, 1998; Inglehart, 1997) Estes diferentes modelos são apresentados seja do ponto de vista da sua contextualização histórico-institucional, seja do ponto de vista de se perceber como é que a relevância dos diferentes modelos (e o seu aparecimento) foi a respostas as condições políticas efectivamente encontradas pelos investigadores. Do ponto de vistas dos modelos, especial ênfase é dada aos seguintes: modelo sociológico, modelo sociopsicológico, modelo económico e modelo das novas clivagens.

Quer estes modelos, quer a sua proeminência relativa na academia através dos tempos, são apresentados em articulação com o estudo de algumas das principais tendências do comportamento eleitoral em Portugal e nas democracias da nossa área geocultural: declínio da participação eleitoral e crescimento da participação política extra-eleitoral; declínio do impacto das clivagens sociais e das identidades partidárias no voto; crescimento da volalitude eleitoral; crescimento do voto estruturado por factores de curto-prazo (temas, economia, candidatos, campanha). Várias obras de referência e colectâneas são usadas neste domínio, designadamente Franklin et al, 1992; Clark e Lipset, 2002; Norris, 1998; Niemi, 1993a e 1993b; Freire, 2001a.

Um último tópico analisado e discutido no âmbito deste terceiro conjunto programático é o do impacto do contexto (isto é, das instituições políticas, nomeadamente eleitorais, dos tipos de eleições, etc.) sobre os comportamentos dos eleitores. Além das obras de referência e colectâneas referidas atrás, o trabalho de Miller e Niemi (2002) é também referenciado para uma revisão de literatura sobre este ponto.

Globalmente, portanto, a UC de SCE fornece não só um conjunto de conhecimentos básicos e avançados sobre a importância das eleições para se perceber o funcionamento dos regimes e sistemas políticos, sobretudo os de carácter democrático, mas também um conjunto de instrumentos conceptuais e operacionais para se perceber e estudar a importância das regras eleitorais e dos comportamentos dos actores políticos (partidos, candidatos e eleitores) na estruturação da competição político-partidária e na performance dos sistemas políticos modernos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (COMPILAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ALBERT BATLLE) (1992), *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*, Barcelona, Ariel.
- AA.VV. (1998A). *Pareceres sobre o Anteprojecto de Reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República*, Coimbra, PCM/MCT/FDUC.
- AA.VV. (1998B). *Direitos dos Eleitores, Seminário Internacional 1998*, Lisboa, Universidade Moderna.
- ALMEIDA, PEDROTAVARES. DE (1991), *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.
- BEETHEM, DAVID (2005), *Democracy. A Beginner's Guide*, Oxford, Oneworld Publications.
- BESSA, ANTÓNIO MARQUES, E PINTO, JAIME NOGUEIRA (2002), *Introdução à Política, Volume III Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*, Lisboa, Verbo.
- BOIX, CARLES, E STOKES, SUSAN (ORGS.) (2007), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- BONIFÁCIO, MARIA DE FÁTIMA (2007), “O Parlamento Português no século XIX” e “O maior patrono de Portugal”, in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 151-164 e 165-208.
- CAMPBELL, ANGUS ET AL (1980 [1960]), *The American Voter*, Chicago, Chicago University Press
- CANOTILHO, JOAQUIM GOMES (2010), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina.
- CANOTILHO, JOAQUIM GOMES, E MOREIRA (2007), *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, Volume 1, Coimbra, Coimbra Editora.
- CLARK, TERRY, E LIPSET, SEYMOUR M. (ORGS.) (2002), *The Breakdown of Class Politics. A Debate on Post-Industrial Stratification*, Baltimore, The John Hopkins University Press, pp. 39-54.
- CRUZ, MANUEL BRAGA DA (1987), “A União Nacional e a Oposição: As Eleições no Estado Novo”, in *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, pp. 194-250.
- CRUZ, MANUEL BRAGA DA (ORG.), (1998). *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*, Lisboa, ICS.
- CRUZ, MARIA ANTONIETA (ORG.) (2009), *Eleições e Sistemas Eleitorais – Perspectivas Históricas e Políticas*, Porto, Universidade do Porto Editorial.
- DAHL, ROBERT (1998), *On Democracy*, New Haven, Yale University Press.
- DALTON, RUSSELL J, E KLINGEMANN, HANS-DIETER (ORGS.) (2007), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press.
- DOWNS, ANTHONY (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- FRANKLIN, MARK ET AL (EDS.) (1992), *Electoral change – responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-32 e 383-405.

FREIRE, ANDRÉ (2001A), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.

FREIRE, ANDRÉ (2001B), *Mudança Eleitoral em Portugal Continental: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta.

FREIRE, ANDRÉ (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

FREIRE, ANDRÉ (2010A), *Relatório da Unidade Curricular “Sistemas eleitorais e comportamentos eleitorais” (SCE) – do 2º ano do 1º ciclo (Licenciatura) em Ciência Política do ISCTE-IUL*, para efeitos de candidatura à Agregação na área das Ciências Sociais – Especialidade em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, ISCSP-UTL, 12 Fevereiro de 2010 (Provas públicas em 15 e 16 Julho de 2010) – disponível também na Biblioteca do ISCTE-IUL.

FREIRE, ANDRÉ (2010B), *CURRICULUM VITAE (Versão completa) – André Renato Leonardo Neves dos Santos Freire (André Freire)*, Para efeitos de candidatura à Agregação na área das Ciências Sociais – Especialidade em “Ciência Política” no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) Lisboa, ISCSP-UTL, 12 Fevereiro de 2010 (Provas públicas em 15 e 16 Julho de 2010) – disponível também na Biblioteca do ISCTE-IUL.

FREIRE, ANDRÉ (2010C), *Lição: Eleições, sistemas eleitorais e democratização – o caso português em perspectiva histórica e comparativa*, Para efeitos de candidatura à Agregação na área das Ciências Sociais – Especialidade em “Ciência Política” no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) Lisboa, ISCSP-UTL, 12 Fevereiro de 2010 (Provas públicas em 15 e 16 Julho de 2010) – disponível também na Biblioteca do ISCTE-IUL.

FREIRE, ANDRÉ (2010D), “*Eleições, sistemas eleitorais e democratização*”, in Freire, André (organizador), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – Um Balanço Histórico e Comparativo*, no prelo.

FREIRE, ANDRÉ E MAGALHÃES, PEDRO (2002), *A Abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

FREIRE, ANDRÉ, M.C. LOBO, P.C. MAGALHÃES (EDITORS) (2004), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

FREIRE, ANDRÉ, M. C. LOBO E P. MAGALHÃES (ORGS.) (2007), *Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS.

FREIRE, ANDRÉ, E MARTINS, MEIRINHO, E MOREIRA, DIOGO (2008), *Para uma melhoria da qualidade da representação política. A reforma do sistema eleitoral*, Lisboa, Sextante.

FREIRE, ANDRÉ, E VIEGAS, JOSÉ MANUEL, E SEICEIRA, FILIPA (2009), *A Representação Política em Portugal. Inquéritos e Bases de Dados*, Lisboa, Sextante.

FREIRE, ANDRÉ, MARINA C. LOBO, PEDRO MAGALHÃES, E ANA ESPÍRITO-SANTO (2003), *As Eleições Legislativas de 2002. Inquérito Pós-Eleitoral*, Lisboa, ICS.

FREIRE, ANDRÉ, MARINA C. LOBO, PEDRO MAGALHÃES, E ANA ESPÍRITO-SANTO (2005), *Comportamentos e Atitudes Políticas: Inquéritos e Bases de Dados, 1973 – 2002*, Lisboa, ICS.

GALLAGHER, M., E MITCHELL, P. (EDS.) (2008), *The Politics of Electoral Systems*, Oxford University Press.

GASPAR, JORGE, & ANDRÉ, ISABEL (1990), *Geografia Eleitoral I: Colectânea de Artigos*, Lisboa, INIC.

- GASPAR, JORGE, ET AL (1990), *Geografia Eleitoral II: Colectânea de Artigos*, Lisboa, INIC, pp. 83-170.
- GOODIN, ROBERT E., E KLINGEMANN, HANS-DIETER (2000), *A New Handbook of Political Science*, Oxford, Oxford University Press.
- Hermet, Guy, Rose, Richard, e Rouquié, Alain (eds.), *Elections Without Choice*, London.
- KATZ, RICHARD S. (1997), *Democracy and Elections*, Oxford, Oxford University Press.
- LARSEN, STEIN UGELVIK (2006), *Theory and Methods in Political Science: First Steps to Synthesize a Discipline*, New York, Columbia University Press.
- LAZARSELD, P.F., BERELSON, B.R., AND GAUDET, H. (1948), *The People's Choice. How the Voter Makes Up his Mind in a Presidential Campaign*, 2nd. Edition, New York, Columbia University Press.
- LEWIS-BECK, M. (1988), *Economics and Elections: the Major European Democracies*, Ann Arbor, University of Michigan Press
- LIJPHART, AREND (1995), *Sistemas electorales y sistemas de partidos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- LIJPHART, AREND (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, Yale University Press.
- LIPSET, S. M., AND ROKKAN, S. (EDS.) (1967), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, New York, NY: Free Press.
- LOFF, MANUEL (1998), "Electoral proceedings in Salazarist Portugal (1926-1974): Formalism and Fraud", in Romanelli, Raffaele (ed.), *How Did They Become Voters? The History of Franchise in Modern European Representation*, The Hague, Kluwer Law International, pp. 227-250.
- LOFF, MANUEL (2010), "Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: o Estado Novo em perspectiva comparada", in Freire, André (organizador), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – Um Balanço Histórico e Comparativo*, no prelo.
- LOPES, FERNANDO FARELO (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa.
- Lopes, Fernando Farelo (2010), "Direito de voto, regime de escrutínio e eleições feitas na I República Portuguesa", in Freire, André (organizador), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – Um Balanço Histórico e Comparativo*, no prelo.
- LOPES, FERNANDO F., E FREIRE, ANDRÉ (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta: II Parte.
- MACMILLAN LARSEN, STEIN U. (ORG.) (2005), *Theory and Methods in Political Science*, New York, Columbia University Press.
- MALTEZ, ADELINO (2005A), *Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do século XIX ao século XXI*, Volume II, Lisboa, Tribuna da História.
- MALTEZ, ADELINO (2005B), *Tradição e Revolução – Uma Biografia do Portugal Político do século XIX ao século XXI*, Volume I (1820-1910), Lisboa, Tribuna da História.
- MARTINS, MANUEL MEIRINHO (2008), *Representação Política. Eleições e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*, Lisboa, ISCSP-UTL.

MARTINS, RODRIGO CALDEIRA (2001), *Votos, Eleitores e Ciclos Políticos: Uma Análise Político-Económica*, Tese de Mestrado em Economia Aplicada, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MARTINS, RODRIGO CALDEIRA (2010), *Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal*, Tese de Doutoramento em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

MILLER, WILLIAM L., E NIEMI, RICHARD G. (2002), "Voting: choice, conditioning and constraint", in LeDuc, Lawrence, e Niemi, Richard G., e Norris, Pippa (orgs.), *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, pp. 169-188.

MIRANDA, JORGE (1995), *Estudos de Direito Eleitoral*, Lisboa, Lex Editora.

MIRANDA, JORGE (2007), *Manual de Direito Constitucional, Tomo VII – Estrutura Constitucional da Democracia*, Coimbra, Coimbra Editora.

MÓNICA, MARIA FILOMENA (1996), "As reformas eleitorais no Constitucionalismo Monárquico, 1852-1910", *Análise Social*, Volume XXXI, 139, pp. 1039-1084.

NIEMI, R. & WEISBERG, H. (DIR.) (1993A), *Classics in voting behavior*, Congressional Quarterly.

NIEMI, R. & WEISBERG, H. (DIR.) (1993B), *Controversies in voting behavior*, Congressional Quarterly.

NOHLEN, D. (1995), *Sistemas electorales y sistemas de partidos*, México, Fondo de Cultura Económica.

NORRIS, PIPPA (ED.) (1998), *Elections and voting behaviour: new challenges, new perspectives*, Dartmouth, Ashgate.

OÑATE, PABLO, E OCAÑA, FRANCISCO A. (1999), *Análisis de datos electorales*, Cuadernos Metodológicos, 27, Madrid, CIS.

PASQUINO, GIANFRANCO (2002), *Curso de Ciência Política*, Estoril, Principia.

PEREIRA, PAULO TRIGO (2008), *O Prisioneiro, o Amante e as Sereias: Instituições Económicas Políticas e Cidadania*, Coimbra, Almedina.

PEREIRA, PAULO TRIGO (2010), "Boletins de voto, Fórmulas Eleitorais e Liberdade de Escolha: uma Análise Comparativa de Sistemas Eleitorais, in Freire, André (organizador), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português – Um Balanço Histórico e Comparativo*, no prelo.

PEREIRA, PAULO TRIGO, E SILVA, JOÃO ANDRADE (2009), "Citizens' freedom to choose representatives: ballot structure, proportionality and «fragmented»' parliaments", *Electoral Studies*, 28, pp. 101-110.

POWELL, G. B. (2000), *Elections as Instruments of Democracy. Majoritarian and Proportional Visions*, New Haven, Yale University Press.

RHODES, R.A.W., BINDER, SARA A., E ROCKMAN, BERT A. (ORGS.) (2006), *The Oxford Handbook of Political Institutions*, Oxford, Oxford University Press.

ROSAS, FERNANDO, E BRITO, JOSÉ MARIA BRANDÃO DE (DIR.) (1996), "Eleições para a Assembleia Nacional", "Eleições para a Presidência da República", in *Diccionario de História do Estado Novo*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 198-205 e 289-293,

SCHMITTER, PHILIPPE (1978), “The Impact and Meaning of «Non-Competitive, Non-Free and Insignificant» Elections in Authoritarian Portugal, 1933-1974”, Hermet, Guy, Rose, Richard, e Rouquié, Alain (eds.), *Elections Without Choice*, London, Macmillan, pp. 145-168.

SHUGART, MATTHEW S., E WATTENBERG, MARTIN P. (ORGS.) (2000). *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds*, Oxford, Oxford University Press.

SOUSA, MARCELO REBELO DE (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.

VEIGA, LINDA (1998), “Popularity Functions for the Portuguese Prime Minister, Government and President”, *European Journal of Political Research*, 33, pp. 347-361.

VEIGA, FRANCISCO, E VEIGA, LINDA (2004A), “The determinants of Vote Intentions in Portugal”, *Public Choice*, 118, pp. 341-364.

VEIGA, FRANCISCO, E VEIGA, LINDA (2004B), “Popularity Functions, Partisan Effects, and Support for Parliament”, *Economics & Politics*, 16 (1), pp. 101-115.

VEIGA, FRANCISCO, E VEIGA, LINDA (2007), “Political Business Cycles at the Municipal Level”, *Public Choice*, 131, pp. 45-64.

Anexo 1

Estrutura curricular e plano de estudos da Licenciatura em Ciência Política

1. 1. Estrutura Curricular da Licenciatura em Ciência Política

Licenciatura em Ciência Política			
Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciência Política.....	CP	72	
Estatística e Análise de Dados	EAD	24	
Ciências Sociais.....	CS	48	
História	His	6	
Economia.....	Econ	6	
Direito	Dir	6	
Relações Internacionais	RI	6	
Qualquer área científica.....			(*) 12
Total.....		168	12

(*) Os créditos opcionais livres são obtidos em unidades curriculares oferecidas em qualquer área científica do ISCTE de acordo com os critérios fixados anualmente pela Comissão Científica de Sociologia.

Licenciatura em Ciência Política, ramo de Políticas Públicas

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciência Política.....	CP	54	
Ciências Sociais.....	CS	48	
Sociologia.....	Soc	12	
Estatística e Análise de Dados.....	EAD	24	
Ciências da Administração.....	CA	12	
Planeamento.....	Pla	18	
Economia.....	Econ	6	
Direito.....	Dir	6	
Total.....		180	

1. 2. Plano de Estudos

Licenciatura em Ciência Política, ramo de Ciência Política

Unidades Curriculares	Área científica	Tipo	Total	Tempo de trabalho (horas)	Créditos	Observações
				Contacto		
1.º Ano – 1.º Semestre						
Laboratório de pesquisa bibliográfica e fontes documentais.	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)	6	
Análise de dados em ciências sociais: descritiva..	EAD	Semestral	168	60(TP=19,5; TP=39; OT=1,5)	6	
Instituições políticas.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Introdução à ciência política.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Teoria política: clássicos e modernos.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
1.º Ano – 2.º Semestre						
Laboratório de indicadores e fontes estatísticas ..	CS	Semestral	168	60(TP13; PL=39; TC=6; OT=2)	6	
Análise de dados em ciências sociais: inferencial	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=1,5)	6	
Métodos e técnicas de investigação: extensivos...	CS	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Sistemas políticos comparados.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Teoria política: contemporâneos	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
2.º Ano – 1.º Semestre						
Laboratório de pesquisa comparativa	CS	Semestral	168	60(TP=13, PL=39; TC=6; OT=2)	6	
Análise de dados em ciências sociais: multivariada.	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=15)	6	
Métodos e técnicas de investigação: intensivos....	CS	Semestral	168	44(T=19,5, TP=19,5; OT=5)	6	
Partidos políticos e grupos de pressão.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Sistemas e comportamentos eleitorais	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
2.º Ano – 2.º Semestre						
Laboratório de ética e profissão.....	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6, OT=2)	6	
Análise de dados em ciências sociais: modelos de dependência.	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=1,5)	6	
Direito constitucional e administrativo.....	Dir	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Introdução à economia.....	Econ	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
História política contemporânea.....	His	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
3.º Ano – 1.º Semestre						
Laboratório de elaboração de projectos.....	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC= 6; OT=2)	6	
Optativa.....	n.e.	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Relações internacionais.....	RI	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Comunicação política	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Cidadania e cultura política.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
3.º Ano – 2.º Semestre						
Laboratório de relatório de projecto.....	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)	6	
Optativa.....	n.e.	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Estado e políticas públicas	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Instituições e políticas europeias.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	
Movimentos sociais e acção colectiva.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)	6	

1. 3.

Estrutura Curricular da Licenciatura em Ciência Política – alterações aplicadas a partir do ano lectivo de 2009-2010

Licenciatura em Ciência Política, ramo de Ciência Política

Unidades Curriculares	Área científica	Tipo	Total	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
				Contacto			
1.º Ano – 1.º Semestre							
Laboratório de pesquisa bibliográfica e fontes documentais.	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Análise de dados em ciências sociais: descritiva..	EAD	Semestral	168	60(TP=19,5; TP=39; OT=1,5)		6	
Instituições políticas.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Introdução à ciência política.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Teoria política: clássicos e modernos.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
1.º Ano – 2.º Semestre							
Laboratório de indicadores e fontes estatísticas ..	CS	Semestral	168	60(TP13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Análise de dados em ciências sociais: inferencial	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=1,5)		6	
Métodos e técnicas de investigação: extensivos...	CS	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Sistemas políticos comparados.....	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Teoria política: contemporâneos	CP	Semestral	168	44 (T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
2.º Ano – 1.º Semestre							
Laboratório de pesquisa comparativa	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Análise de dados em ciências sociais: multivariada.	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=1,5)		6	
Métodos e técnicas de investigação: intensivos....	CS	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Partidos políticos e grupos de pressão.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Sistemas e comportamentos eleitorais	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
2.º Ano – 2.º Semestre							
Laboratório de ética e profissão	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Análise de dados em ciências sociais: modelos de dependência.	EAD	Semestral	168	60(T=19,5; TP=39; OT=1,5)		6	
Estado e políticas públicas	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Metodologias de planeamento.....	Pla	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Modernidade e questão social	Soc	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
3.º Ano – 1.º Semestre							
Laboratório de elaboração de projectos	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Direito constitucional e administrativo.....	Dir	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Ciência da administração.....	CA	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Metodologias de avaliação.....	Pla	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Sociedade e políticas sociais	Soc	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
3.º Ano – 2.º Semestre							
Laboratório de relatório de projecto.....	CS	Semestral	168	60(TP=13; PL=39; TC=6; OT=2)		6	
Introdução à economia.....	Econ	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Administração Pública comparada.....	CA	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
Instituições e instrumentos de	Pla	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	
planeamento comparados							
Políticas sociais comparadas.....	CP	Semestral	168	44(T=19,5; TP=19,5; OT=5)		6	

Tabela A1.1

de equivalências (E) ou substituições (S) entre o antigo (anos lectivos 2007-2008 e 2008-2009) e o novo (2009-2010 e seguintes) plano de estudos

Anterior plano de estudos		Novo plano de estudos		E ou S
Unidade curricular	Créditos	Unidade curricular	Créditos	
Laboratório de pesquisa bibliográfica e fontes documentais	6	Optativas em competências transversais	6	E
Laboratório de ética e profissão	6	Laboratório de ética e profissão em ciência política	6	E
Laboratório de elaboração de projectos	6	Laboratório de elaboração de projectos em ciência política	6	E
Laboratório de relatório de projecto	6	Laboratório de relatório de projecto em ciência política	6	E
Comunicação política	6	Esfera política e opinião pública	6	E
Relações internacionais	6	Política e relações internacionais	6	E

Tabela A1.2

Áreas científicas e créditos, obrigatórios e optativos, que devem ser reunidos para a obtenção do grau no novo plano de estudos (ano lectivo 2009-2010 e seguintes) – Ramo “Ciência Política”

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciência política	CP	90	—
Estatística e análise de dados	EAD	24	—
Métodos de pesquisa social	MPS	24	—
Ciências jurídicas políticas	CJP	6	—
Economia	Econ	6	—
História	Hist	6	—
Políticas públicas	PP	6	—
Competências transversais	CT	—	6
Não especificada	n.e.	—	12
Total		162	18

Tabela A1.3

Áreas científicas e créditos, obrigatórios e optativos, que devem ser reunidos para a obtenção do grau no novo plano de estudos (ano lectivo 2009-2010 e seguintes) – Ramo “Políticas Públicas”

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciência política	CP	60	—
Políticas públicas	PP	36	—
Estatística e análise de dados	EAD	24	—
Métodos de pesquisa social	MPS	24	—
Ciências jurídicas políticas	CJP	6	—
Economia	Econ	6	—
História	Hist	6	—
Competências transversais	CT	—	6
Não especificada	n.e.	—	12
Total		162	18